

Acumulação capitalista, Estado e reprodução de força de trabalho: o trato teórico-metodológico da política social

Angely Dias da Cunha*
Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida**
Elizangela Paulino S. Buriti***

Resumo:

Esse artigo de cunho qualitativo, de caráter exploratório e descritivo que se alicerça em uma revisão bibliográfica tem o objetivo de analisar o modo de produção capitalista, como acontece o processo de acumulação e reprodução e as inflexões para o papel do estado e da política social, a ênfase é nos períodos marcado por crises que provocam transformações societárias que impactam o mundo do trabalho e das relações sociais. O método crítico-dialético utilizado nessa pesquisa se debruça sobre as categorias mediação, historicidade e dialética com o propósito de desvendar a realidade para além da aparência e aprofundar as análises sobre o capitalismo. Como resultados apontamos que as crises capitalistas provocadas por suas próprias contradições o tem dimensionado o trato teórico-metodológico da política social.

Palavras-chave: acumulação capitalista; Estado; política social

Capitalist accumulation, State and workforce reproduction: the theoretical and methodological treatment of the social policy

Abstract:

This qualitative nature of an article, exploratory and descriptive character which is based on a literature review aims to analyze the capitalist mode of production, as the process of accumulation and reproduction and inflections to the role of the state and social policy, the emphasis is in periods marked by crises that cause societal changes that impact the world of work and social relations. The critical-dialectical method used in this research focuses on the categories mediation, historicity and dialectics in order to unravel the reality beyond appearance and deepen the analysis of capitalism. The results point out that the capitalist crisis caused by its own contradictions has scaled the theoretical-methodological treatment of social policy.

Keywords: capitalist accumulation; State; social policy

Recebido em: 30/10/2016
Aprovado em: 05/10/2016

* Mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba; gelly.cunha@hotmail.com

** Doutora. Professora Associada do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba; blfalmeida@uol.com.br

***Mestranda em Serviço Social pelo PPGSS/UFRN; elizangelapaulinoburiti@gmail.com

Introdução

O presente artigo tem a proposta de analisar a acumulação capitalista e suas reproduções que ocasionam as crises cíclicas e estrutural, mediante a contradição capital versus trabalho e a funcionalidade do Estado dentro desse modo de produção, que se utiliza de estratégias para manter sua ideológica dominante.

Nessa conjuntura, é preciso buscar compreender o trabalho como fundante do ser social, que através da sua capacidade teleológica transforma natureza ao mesmo tempo que transforma a si mesmo(LUCKÁCS, 1979).

No modo de produção capitalista esse trabalho vem se transvestido de um processo de alienação, que o próprio trabalhador não reconhece o produto de seu trabalho, o trabalho fetichizado/mecanizado captura a subjetividade ao ponto do sujeito não reconhecer em si as faculdades humanas inerentes ao homem. Sendo assim, a sociabilidade capitalista impõe as condições objetivas e subjetivas de subsistência humana(MARX, 1974)

Que diante de um contexto marcado por uma crise estrutural, o capital assume uma dimensão devastadora no tocante as condições objetivas do trabalho, na medida em que o Estado passa a encabeçar uma contrarreforma para socorrer o processo de crescimento do capital pautado em um ideário que defende o livre desenvolvimento da economia.

Nessa conjuntura, o Estado adota medida de cortes para com os direitos da classe trabalhadora e assume uma postura de atender apenas os mínimos da expressão da questão social, possibilitando o adentramento da usurpadora proposta dos bancos internacionais de sugarem os lucros onde até então pertenciam à esfera pública.

Diante disso, como uma pesquisa de cunho qualitativo que tem com suporte a revisão bibliográfica e se orienta pelo método crítico-dialético, o percurso adotado para atingir em sua totalidade o objeto de pesquisa é em um primeiro momento entender o modo de produção capitalista e a reprodução da força de trabalho, para em um segundo momento, analisar as etapas do capitalismo, suas crises e o papel do Estado dentro da esfera reprodutiva, por fim, nos deteremos a compreender o Estado e o trato teórico-metodológico da Política social.

Modo de produção capitalista e a reprodução da força de trabalho

Pensar o modo de produção capitalista e a reprodução da força de trabalho na atual conjuntura nos remete buscar compreender o trabalho como fundante do ser social. Esse que

através da transformação da natureza consegui suprir suas necessidades- o trabalho enquanto valor de uso ou trabalho concreto - e transforma a si mesmo, como uma categoria ontológica no processo de sociabilidade do homem.

Mediante sua capacidade teleológica, o homem pré-idealizar sua ação, diferenciando dos demais animais orgânicos e dos seres inorgânicos(LUCKÁCS, 1979) Dessa forma, mediante o trabalho, o homem tem a capacidade de socialização e de construir relações sociais com seus semelhantes, essa capacidade o torna um ser social.

Todavia, as relações construídas durante o processo de desenvolvimento da humanidade e dos sistemas de produção, desencadeiam uma nova configuração para a relação entre os homens e o trabalho, dando origem ao sistema capitalista.

Esse sistema se apropria do trabalho vivo e a produção de bens materiais que antes eram para sobrevivência do homem, assume conotação de trabalho excedente, isto é, o trabalho enquanto valor-de-uso passa a agregar o tempo que excede para a produção dos bens materiais, como também o valor excedente dado ao produto para comercialização; o trabalho torna-se mercadoria, considerado enquanto valor-de-troca.

As mercadorias, recordemos, só encarnam valor na medida em que são expressões de uma mesma substância social, o trabalho humano; seu valor é, portanto, uma realidade apenas social, só podendo manifestar-se, evidentemente, na relação social em que uma mercadoria se troca por outra. Partimos do valor-de-troca ou da relação de troca das mercadorias, para chegar ao valor aí escondido. (MARX, 1979, pág. 69)

Este trabalho acrescido de tempo e valor/dinheiro tem seus impactos no processo de reprodução do ser social, que resulta em um estranhamento, cuja alienação esconde as relações sociais, reificando-as¹, autonomizando o que o homem produz e estabelecendo um processo de trabalho no qual ao invés dos instrumentos de trabalho serem consumidos pelo trabalhador, este é consumido pelos instrumentos, funcionando “[...] como fermento do seu processo vital [...]” (MARX, 2004), ou seja, o ser social passa a perder suas capacidades genéricas e reproduz inconscientemente as manifestações sociais presentes na estrutura e superestruturas.

Para Marx(1974) se observamos de perto:

a produção capitalista mais do que qualquer outro modo de produção veremos desperdícios de seres humanos, dilapida de nervos e cérebro. Na realidade, só malbaratando monstruosamente o desenvolvimento individual. Todas as parcimônias de que estamos tratando decorrem do caráter social do trabalho, e é de fato esse caráter diretamente social do trabalho a causa geradora desse desperdício de vida e da saúde dos trabalhadores(MARX, 1974, p.97 e 99) .

Nessa conjuntura, o homem e o trabalho assumem papel fundamental para produção e reprodução do metabolismo do capital. A classe burguesa dominante desenvolve estratégias para manter e perenizar este processo de alienação, impedindo que o trabalho alcance sua dimensão realizadora do humano, além de dificultar, e muitas vezes impedir, a tomada de consciência do trabalhador de que há outros homens nas mesmas condições de exploração e expropriação, inibindo a organização coletiva dos mesmos e sua consolidação.

Diante desse processo de construção de coesão e consenso por parte do capital, as relações de dominação se sobrepõem ao homem, o trabalho se transforma em simples meio de subsistência, em uma atividade cujo único sentido é garantir a sobrevivência física. Na sociedade capitalista caracterizada pelas relações de dominação, pela divisão social do trabalho e pela divisão de classes, a alienação perpassa em maior ou menor intensidade a maioria das profissões (BASSO,1998).

Cabe destacar, nesse contexto que o capitalismo se apropria dos meios dos meios de produção para exploração o trabalhador, e esse trabalhador alienado vende à única “mercadoria” que resta, sua força de trabalho em troca de um salário mínimo. É na Lei geral da acumulação capitalista que encontramos a contradição central na produção de riqueza, haja vista que na medida em que se produz mais riqueza mais pobreza é gerada.

Além disso, essa lei nos explica a reprodução do capital e a extração de mais-valia-relativa e/ou absoluta, tendo em vista que na fórmula capitalista $D-M-D'$, o dinheiro é investido em mercadoria, nessa produção da mercadoria está o investimento em capital constante (meios de trabalho) e capital variável (força de trabalho) que determina a composição orgânica do capital. Assim, através do tempo socialmente necessário na produção da mercadoria é produzida a mais-valia(dinheiro acrescido através da exploração). A reprodução do capital, portanto, acontece no âmbito da realização da mercadoria, ou melhor, na venda dessa mercadoria.

Dessa maneira, é nessa produção de mais-valia de exploração do trabalhador que a lei geral capitalista se apresenta, porque a acumulação do capitalismo está atrelada as inovações tecnológicas, pois quanto mais investe na produção mais retorno e acumulação tem o capitalista para enfrentar a concorrência.

Na fase monopolista do capitalismo, o capital se funde mediante a concentração e centralização do capital. A concentração e a centralização do capital pela via da inovação tecnológica , substitui o homem pela máquina, aumentando o contingente que

vive do que Engels denomina de exército industrial de reserva, ou seja grandes contingentes de trabalhadores desempregados.

O exército industrial de reserva é a materialização da lei geral da acumulação capitalista na medida em que o capital se concentra e amplia sua lucratividade através da tecnologia mais trabalhadores serão expulsos do processo produtivo, trata-se de uma população que diante das exigências da acumulação pode ser designada como população excedentária ou superpopulação relativa.

Assim, segundo Marx(2001) o exército industrial de reserva permite uma rotatividade de mão de obra que resulta numa redução dos salários, barateando o gasto com a produção e aumentando o lucro capitalista. Dentro desse exército industrial de reserva Marx aponta três formas de população relativa: **1º a flutuante**- constituída por trabalhadores que nos grandes círculos industriais e mineiro ora está trabalhando ora não; **2º latente**- existente nas áreas rurais, aqueles que trabalhadores que migram para as áreas industriais e não foram absorvidos por esse segmento; e a **3º a estagnada** formada por trabalhadores que nunca conseguem trabalho fixo e vivem perambulando entre uma ocupação e outra. E aqueles que perambulam pelas cidades, os pauperizados que fazem parte do lupem,

Nesse contexto, a pauperização pode ser absoluta - quando as condições de vida do trabalhador experimenta uma degradação geral: queda salarial, aviltamento dos padrões de moradia e alimentação... E/ ou relativa- ocorre quando as condições de vida dos trabalhadores melhoram com padrões de alimentação e moradia mais elevados, todavia, os trabalhadores continuam sendo explorados ela se caracteriza pela redução da parte que lhe cabe do total do valores criados enquanto cresce a parte apropriada pelos capitalistas.

Portanto, com o propósito de compreender como vem se dando o modo de produção capitalista na atualidade, e o aprofundamento desse contingente de trabalhadores que vivem dentro desse exército industrial de reserva, sentimos a necessidade de analisar as etapas do capitalismo, suas respectivas crise que impactam na postura do Estado e, conseqüentemente, no mundo do trabalho, das políticas sociais e na classe trabalhadora.

Análise das etapas do capitalismo, suas crises e o papel do Estado dentro da esfera reprodutiva.

O capitalismo é marcado pela contradição capital x trabalho, e como aprofundamento dessa contradição tem as crises, sejam cíclicas ou estruturais. Logo, como afirmamos que as

crises são inerentes ao próprio modo de produção capitalista, e na medida que elas se aprofundam como estratégia de reestruturação são adotadas diversas medidas que ocasionam transformações societárias inflexionando o mundo do trabalho, as relações sociais, a esfera cultura, econômica e a política.

Assim, é necessário analisar as três fases do capitalismo: a fase mercantil(comercial); a concorrencial e a monopolista, tendo como norte as transformações e estratégias adotadas para manutenção do sistema, levando em consideração a transformações ocorrida no Estado, conseqüentemente, nas políticas sociais pela via do reconhecimento das expressões da questão social e no mundo do trabalho.

Diante disso, a fase que marca o capitalismo mercantil(século XVI ao XVIII), vem acompanhada de um processo revolucionário por parte da burguesia, que ascende como classe que rompe com o período medieval, e se solidifica com adoção dos princípios iluminista- na qual a razão passa a ser o centro do universo. Todavia, esse período mostra as contradições do próprio capitalismo, haja vista que na medida que avança como um projeto societário de rompimento com a idade média, propõe uma mundialização do mercado pelo caminho da exploração do trabalho, destruindo as relações sociais. O Papel do Estado nesse período ainda é incipiente, pois o Estado era visto como demônio. A soberania era vista na figura do rei, e não necessitava um Estado, um pacto social, transferindo os direitos dos homens para o rei resolveria os conflitos existente entre os homens.

Sendo assim, a segunda fase do capitalismo conhecida como concorrencial(final do século XVIII ao XIX); é marcada pelo abandono do ideais propostos pela Revolução Francesa) liberdade, fraternidade e igualdade) e no âmbito econômico o aprofundamento do liberalismo e a defesa de um Estado não interventivo e de cunho liberal, pondo fim ao regime absolutista autoritário. Cabe destacar, que os princípios liberais naturaliza a pobreza, e acredita que essa pobreza é fruto da própria sociedade, ou seja, ela tem uma funcionalidade de equilíbrio dentro dessa sociedade(KÜHNL, 1979)

Nesse contexto, segundo Harvey(2008) o liberalismo em sua forma econômica pregava o individualismo exacerbado; o apego desmedido às liberdades individuais, sobretudo às econômicas, com destaque para o princípio da inviolabilidade da propriedade privada; a apologia a uma ordem de intensa competição social, baseada numa suposta livre concorrência em um mercado igualmente livre; a visão do Estado como um “mal necessário”, donde a decorrência lógica é o ideal do Estado mínimo; a naturalização da pobreza e a recusa à política enquanto possível contraponto a uma suposta racionalidade econômica superior.

Dessa forma, as próprias contradições impostas ao capitalismo, fez com que os princípios inspirados na Revolução Francesa de liberdade, fraternidade e igualdade fossem sendo deixados de lado, na medida em que o objetivo da burguesia passou a se centrar na propriedade privada e na exploração do trabalho. A preocupação não se baseava mais em defesas universais, mas na culpabilização dos indivíduos, no individualismo, no lucro e na acumulação de capital. Destarte, o processo de acumulação de riqueza e de disputa para ampliar o lucro, levaram a uma concorrência entre os capitalistas.

Com o advento da I Revolução industrial que trouxe modificações nas relações de trabalho, especialmente, na intensificação da exploração do trabalho. Com o incremento de máquinas, muitos trabalhadores foram expulsos do processo de trabalho, e passaram a compor o exército industrial de reserva. As condições de trabalho nas fabricas eram análogas a escravidão, a classe trabalhadora passa a reivindicar melhoria na condição de vida e de trabalho. É nesse período que muitos autores vão chamar do surgimento da questão social-entendida como expressão da contradição capital x trabalho e aprofundamento da desigualdade em detrimento do aumento da acumulação capitalista, e onde a luta de classe ganha seu apogeu.

A questão social nesse momento era vista como uma ameaça ao processo produtivo, por tal motivo o Estado tinha uma postura coercitiva de manter a ordem e a livre concorrência entre os capitalistas. Dessa maneira, através da aglutinação da questão social, o modelo Bismarckiano de seguro social entra em cena, embora restrito aos contribuintes, mas a gênese das políticas sociais começam a ganhar forma.

O aumento da acumulação capitalista e a própria concorrência, levaram pequenos proprietários a falecia. A concorrência levou muitos capitalistas a investir em tecnologia, aqueles que não tinham recursos financeiros para aposta no maquinário foram absorvido pelas grande empresas, daí surgiu a fusão das empresas e o surgimento dos monopólios, e hoje oligopólios. Assim, o capitalismo se volta para concentração e centralização do capital.

Esse período é chamado de capitalismo monopolista(século XIX aos dias atuais), e é marcado por três momentos imperialistas: fase clássica; anos dourados e capitalismo contemporâneo(tardio). Além disso, é marcado por duas crises fundamentais para compreender as atuais configurações capitalista, foi a 1929 e a estrutural em 1970 que se perdura até a contemporaneidade.

O capitalismo monopolista demarca a fortificação do capitalismo financeiro, que é a fusão do capitalismo industrial + capitalismo bancário. A entrada do capital fictício e a figura

dos rentistas elevaram os bancos para um outro patamar no processo de produção e reprodução do capital, ou seja, os bancos antes da fase dos monopólios exerciam a função de pagamentos dos salários, após II Revolução industrial esse bancos através do pagamento das dívidas e da venda de títulos públicos, passam a se apropriar de parte da mais-valia produzida para implementar o processo de centralização do capital. Lênin vai dizer, que essa fase do capitalismo é o imperialismo- é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilhar o mundo pelos trustes internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes. Assim, ocorre uma partilha territorial e econômica no mundo.

No âmbito do trabalho esse vai assumir configurações diferenciadas no capitalismo imperialista monopolista, a divisão internacional do trabalho trouxe consigo uma fragmentação direta no processo de produção da mercadoria e ao mesmo tempo uma expulsão de trabalhadores do processo produtivo para o exército industrial de reserva. A exploração nessa fase capitalista aumenta a taxa absoluta e relativa da mais-valia e concentra mais riquezas na mão de poucos, esse aumento de extração de mais-valia tem um elemento fundamental, a cartelização e o controle dos preços de fornecedores que elevou a eficiência produtiva.

O Estado nesse período também assume diversas conotações, passa de uma adoção liberal até um Estado Social e retoma o liberalismo através de novas roupas, com um estado mais interventor na economia, e menos distribuidor de fundo público pela via das políticas sociais. Além disso, cabe destacar, a funcionalidade que a indústria bélica tem na economia, ou seja, a indústria bélica e suas consequências, a guerra, são um excelente negócio para os monopólios nelas envolvidos: a enorme destruição de forças produtivas que a guerra realiza abre um imenso campo para a retomada de ciclos ameaçado pela crise (NETTO; BRAZ, 2010)

Nessa conjuntura, é preciso compreender essas modificações na estrutura do capitalismo em suas três fases imperialista e suas respectivas crises estruturais.

Tendo em vista, que para compreender a crise estrutural não podemos deixar de lembrar que as crises são oriundas do próprio modo de produção, que acumula riqueza na medida em que aumenta a pobreza. Assim, Netto(2010) vai apontar que as crises capitalistas perpassam por quatro etapas da produção capitalista: crise- retomada- retomada- auge, todavia, a crise estrutural afeta diretamente esse ciclo e a o auge não é alcançado, a primeira crise estrutural que afetou as bases de sustentação do capitalismo, muito embora não tenha

sido estrutural, foi a de 1929, que Meszários(2002) vai apontar que foi ocasionada pela queda da taxa de lucro e a superprodução de mercadoria. Essa crise ocasionou diversas modificações na estrutura do capitalismo, inclusive como uma tentativa de reestruturar o modo de produção, as ideias Keynesianas associada ao fordismo, deram origem aos anos gloriosos da acumulação capitalista.

Portanto, nesse contexto a fase clássica do capitalismo(1890-1940), é marcado pelas grandes crises econômicas e pela I Guerra Mundial, que incluem a de 1929- com a queda da bolsa de Valores e a adoção de medidas de reestruturação pela via de um Estado interventivo, primeiramente, pelo New Deal, e secundamente, por um Estado Social proposto pelos Keynes em um contexto de ascensão do proletariado e lutas por melhores condições de trabalho. Esse período tem como forte marca a expansão do regime fascista e o fracasso das experiências socialistas. O Estado deixa de ter contornos liberais a assume os princípios de “cidadania”, “justiça social” e “democracia”

Entre os anos de 1945-1970, o estado do bem estar social entra em cena como uma aliança entre a classe trabalhadora e a burguesia, na qual o Estado passa a atuar diretamente na economia e na distribuição de riqueza, através das políticas sociais. A os direitos sociais passa assumir conotação sociais no sentido da expansão da proteção social. Esse “capitalismo democrático” elevou a acumulação capitalista a patamares nunca vistos antes, com a junção da produção em massa com consumo em massa, o Estado Social proporciona para o capitalismo 20 anos gloriosos, pois manteve o consenso entre a classe trabalhadora que impõe ameaças para o modo de produção ao mesmo tempo que os exploravam intensamente. Esse anos tem o american way of life, e a investida capitalista na indústria cultural, com três novos traços: crédito ao consumidor, crescimento do setor terciário(publicidade e burocracia estatal e uma inflação permanente.

Entretanto, como nada no capitalismo é mar de rosa, suas próprias contradições impostas no âmbito da produção e reprodução, levaram a sua crise estrutural iniciada entre os anos 1970, como avanço do capitalismo financeiro e a necessidade de valoriza-se, aconteceu uma queda da taxa de lucro, o subconsumo das massas trabalhadora não tinha a mesma funcionalidade, o aumento da inflação e da taxa de juros levaram a uma diminuição do consumo. Assim as causas da crise estrutural não estão nos gastos com as políticas sociais, até porque essas políticas são funcionais ao modo de produção e mesmo com o fim do Estado Social, as políticas sociais continuaram sendo implantada, claro, com outras conotações, mas dentro da funcionalidade capitalista. A crise estrutural é própria do capitalismo, para Netto e

Braz(2010) as principais causas foram: a contradição entre a progressiva racionalidade que organiza a produção nas empresas capitalistas e a irracionalidade do conjunto da produção; a ação de cada capitalista para maximizar seus lucros tiveram como resultados a queda da taxa de lucro, e o crescimento da mercadoria sem um correspondente crescimento da capacidade aquisitiva.

A crise estrutural segundo Meszários(2002): tem caráter universal, seu alcance é, de fato, global, sua escala de tempo é permanente, e é rastejante, e seu crescimento econômico é como voo de galinha, não conseguiu atingir o auge da produção como nos anos gloriosos.

Os anos que demarcam a crise estrutural do capital e a retirada do Estado social da economia é conhecido como a fase contemporânea do capitalismo dos anos 1970 até os dias atuais. Esse período também é marcado pela Guerra fria (divisão do mundo em socialismo e capitalismo)- com a “vitória” do capitalismo e defesa do fim do socialismo. Esse lastro histórico é caracterizado como triunfo do capitalismo, e fim da história, com a integração da classe operária,

O desenvolvimentismo e multilateralismo, levaram a queda das taxas de lucro com a junção do crescimento desvinculado do ouro a alta do preço do petróleo, aprofundaram a crise, conseqüentemente, uma ascensão dos movimentos sociais(agora mais fragilizado e com demandas pontuais. A crise capitalista trouxe modificações no mundo do trabalho através de um processo de reestruturação produtiva pela entrada dos ideários neoliberais que se alicerçou na financeirização, no âmbito da produção substituiu mediante a revolução tecnológica o modelo Taylorista/fordista pela acumulação flexível.

A conseqüências desse processo de restauração capitalista flexibiliza as relações de trabalho, dos produtos e do padrão de consumo, logo, os efeitos da reestruturação levaram a desterritorialização da produção com maior exploração da classe trabalhadora e a redução da demanda por trabalho vivo, levando ao uma maior divisão social do trabalho e exigência por uma mão-de-obra qualificada e polivalente, o sindicatos se tornaram de empresa, a terceirização passou o carro chefe da flexibilização, aconteceu/acontece uma redução salarial, aumento da precarização do emprego e avanço da barbárie. A desigualdade social assume conotações alarmantes que no âmbito do Estado propõe as desregulamentação generalizada dos direitos sociais e as políticas sociais com foco na pobreza extrema.

O neoliberalismo, proporcionou maior mobilidade para o capital, a necessidade de escoamento da superprodução nos período dos anos dourados vai impulsionar um processo de privatização das esferas públicas e um processo de contrarreformas encabeçado pelo Estado.

Assim, as consequências do neoliberalismo deslocam a economia para a finança, com centralização bancária que impulsionam a criação das bolhas financeiras, com um capital volátil muito maior que o PIB. Outra consequência, é a superexploração das semicolônias através do pagamento da dívida externa e do déficit público. Esse contexto aprofunda o alargamento da distância entre pobres e ricos, com aspectos da criminalização da pobreza e dos movimentos sociais. Tudo isso acompanhada como diz Meszários(2002) de uma crise ecológica, que leva o esgotamento dos recursos naturais.

Por fim, depois desse percurso na etapa do capitalismo e do aprofundamento da barbárie na contemporaneidade, nos sentimos na necessidade de entender o Estado e seu trato teórico- metodológico da Política Social.

Estado e o trato teórico-metodológico da política social

No horizonte da burguesia dos grandes filósofos do século XVIII, o Estado era tido como algo horripilante, pois acreditava-se que burguesia moderna estava fora do poder do Estado. Um monarca, um soberano, mandava de acordo com a própria vontade. Ninguém controlava o rei nesse modelo absolutista, tendo em vista que ele era o poder que vinha de Deus.

A burguesia afirmava que o Estado não era a razão, não era a justiça. Dizia que existia uma razão que estava muito distante do Estado, uma razão individual, e que todos sabiam o que era justiça, se pensassem em princípios universais, firmados sempre para todos. Basicamente, os princípios eram a defesa da propriedade privada, a liberdade de contrato, a autonomia da vontade e a igualdade- mas uma igualdade somente perante a lei, a isonomia(MASCARO, 2013)

Um representante dessa filosofia foi Kant, para ele a razão não está no Estado, mas no sujeito, nas possibilidades do sujeito por meio de uma ferramenta do Juízo, um imperativo categórico, que leve a pensar racionalmente e chega ao mesmo resultado que aqueles que usarem a mesma ferramenta.

Após Revolução Francesa, a burguesia tomou o poder dos Estados e deixou de lado a filosofia que vinha afirmando, e passa a defender que o Estado é a razão. Nessa conjuntura, Hegel defende que o Estado é a razão em si e para si.

Marx rebate Hegel tópico a tópico e afirma que o Estado não é a razão. Ou melhor, ele pode ser a razão, mas a razão da burguesia. Não se trata da razão de todos, que se apresentaria como absoluto do nosso tempo. Para Marx(2011), a dinâmica da sociabilidade está na

sociedade civil e o Estado é uma expressão alienada porque se interpõe na realização dos seres humanos consigo mesmo, ou seja, o Estado entra como um elemento de fora (imposição que retira a liberdade dos indivíduos).

Ademais, o Estado compreendido por Marx explicito no 18 Brumário de Luís Bonaparte, é o comitê de sustentação do capitalismo, o autor argumenta que a classe burguesa se estrutura na sociedade burguesa não porque controla o Estado, até porque o Estado poderia estar nas mãos de outros e, mesmo assim, a sociedade continuaria burguesa.

Assim, na fase do capitalismo tardio o Estado é produto da divisão social do trabalho, surgiu da autonomia crescente de certas atividades superestruturais, mediando a produção material, cujo papel era sustentar uma estrutura de classe e relações de produção (MANDEL, 1982, p.333)

Para o autor as principais funções do Estado nessa fase são:

1) criar as condições gerais de produção que não podem ser asseguradas pelas atividades privadas dos membros da classe dominante; 2) Reprimir qualquer ameaça das classes dominadas ou de frações particulares das classes dominantes ao modo de produção corrente através do exército, da polícia, do sistema judiciário e penitenciário; 3) integrar as classes dominantes, garantir que a ideologia da sociedade continue sendo a da classe dominante e, em consequência, que as classes exploradas aceitem suas próprias exploração sem o exercício direto da repressão contra elas (MANDEL, 1982, p.334)

O capitalismo monopolista/tardio conduz ao ápice a contradição elementar entre a socialização da produção e a apropriação privada: internacionalizada a produção, grupos de monopólios controlam-na por cima de povos e Estados. A solução monopolista é a maximização dos lucros pelo controle dos mercados. Assim, para efetivar-se, demanda mecanismos de intervenção extra-econômicos. Daí a refuncionalização e o redimensionamento da instância por excelência do poder extra-econômico, o Estado.

O Estado em nossas análises compreendido como aparelho privado de hegemonia, passa a racionalizar suas ações em detrimento das políticas sociais transferindo suas responsabilidades para esfera privada.

Dessa maneira, as ações do Estado, mediante adoção do neoliberalismo tem consequências devastas para o trato das políticas sociais, pois obscurece a dimensão social das políticas sociais, estimulando discursos que supervalorizam a dimensão subjetiva - tida meramente como responsabilidade individual e relegam a dimensão social a uma condição de subalternidade, a uma mediação quase obsoleta. A organização do Estado no bojo do neoliberalismo, a conformação da política social sob as características da focalização, seletividade e setorialização apontam para um contexto desfavorável à intervenção do

assistente social sobre sua “matéria-prima” - a questão social – e formação profissional que passa a contar com conteúdos fragmentados voltados para exigência capitalista.

Vale apontar nesse contexto, segundo Chesnais(2012) que a fase mais intensa da dinâmica capitalista radicalizada pela financeirização, intensificam as formas de exploração e dominação para assegurar a reprodução ampliada do capital, no plano cultural, a uma consolidação da ‘nova pedagogia hegemonia’ que materializou as ações efetivas na aparelhagem estatal cuja característica é assegurar que o exercício da dominação de classe pelo processo educativo(NEVES, 2010)

Essa aparelhagem Estatal segundo o Gramsci (1968, p. 149), em sua noção de Estado, que envolve a sociedade Civil, existem duas esferas essenciais no interior da superestrutura: a Sociedade Política, o Estado em sentido restrito ou de Estado-coerção, ou seja, conjunto de mecanismos que a classe dominante detém o monopólio da repressão e da violência; e a Sociedade Civil, formada pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão de ideologias (neste sentido, poder-se-ia dizer que Estado = sociedade política + sociedade civil, ou seja, hegemonia revestida de coerção e consenso)”.

Para Coutinho(2010) com base no Gramsci, o Estado é a sociedade organizada de forma soberana. A sociedade é assim vista como uma organização constituída de instituições complexas, públicas e privadas, que se relacionam, cujo papel histórico varia através das lutas e relações de grupos específicos e poderes, que se articulam pela busca da garantia da hegemonia dos seus interesses, ou seja, o Estado não é exclusivo da burguesia, que na verdade é um aparelho de construção hegemônica que articulam os interesses da classe hegemonia que detém o Estado.

Nessa dinâmica, o Estado atuará como o cioso guardião das condições externas da produção capitalista, logo, desde quando a pressão da burguesia ascendente deu origem ao chamado absolutismo, sempre interveio no processo econômico capitalista. Todavia, ultrapassando a fronteira de garantidor da propriedade privada dos meios de produção burgueses somente em situações precárias, na idade dos monopólios a intervenção estatal incide na organização e na dinâmica econômica desde dentro e de forma contínua e sistemática – as funções políticas imbrica-se organicamente com as funções econômicas(NETTO,1992)

Assim, as funções do Estado está na sua inserção como empresário nos setores básicos não-rentáveis; a assunção do controle de empresas capitalistas em dificuldades; a entrega aos

monopólios de complexos construídos com fundos públicos, os subsídios imediatos aos monopólios e a garantia explícita de lucro pelo Estado

Cabe mencionar, que na sua fase monopolista com adoção do ideário neoliberal, o Estado vai ser orientado a realizar reformas, que na verdade, são contrarreformas para com os direitos sociais. A contrarreforma do Estado é um conjunto de estratégias e respostas do capital para enfrentamento da crise, configura-se na dominância do capital portador de juros, na intensificação da supercapitalização, na reestruturação produtiva que conjuga inovação tecnológica e organizacionais com velhas práticas predatórias de acumulação primitiva, no ajuste estrutural do Estado de acordo com a nova racionalidade hegemônica e com todo o ideário neoliberal a ela vinculado (BERING, 2010).

Diante disso, o Estado está submetido aos ditames de uma nova era histórico universal- a globalização-, que por meio da desregulamentação e da flexibilização, reduz consideravelmente o papel político e participativo do próprio Estado e da sociedade. “É um Estado mínimo para classe trabalhadora e máximo para o capital”.

No Brasil, especificamente, a contrarreforma do Estado Brasileiro ganhou impulso nos governos de Collor e Fernando Henrique Cardoso (FHC), nas palavras dos seus ideólogos a proposta da mesma apresentava-se como “necessária”, devido à crise fiscal nos países que seria ocasionada pela ampliação da intervenção estatal, ao incorporar sua presença no setor produtivo como regulador das relações de produção, ou seja, observa-se que o centro da “reforma” na verdade, foi o ajuste fiscal. (BEHRING; BOSCHETTI, 2010).

Sendo assim, no governo de FHC um marco no país foi o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, formulado pelo Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE) especificamente pelo então, Ministro Bresser Pereira 1995 (BEHRING, 2003).

Nesses termos o Estado passa a adotar uma perspectiva de racionalização do gasto público, deixando de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social para se tornar seu promotor e regulador, transferindo para a esfera privada as atividades que antes eram suas. Evidencia-se, a desregulamentação e redução dos direitos sociais e trabalhistas, o desmonte notadamente da Seguridade Social, a precarização do trabalho marcado pelo aumento da informalidade por consequência do desemprego estrutural, o sucateamento da saúde e educação

A proposta do MARE, cujo titular era o ministro Bresser Pereira teve como objetivo a Reforma Gerencial da Saúde, consubstanciada na Norma Operacional Básica de 1996 (NOB-

96). Para Soares (2010), apesar da mesma conter traços de avanços para a política, contraditoriamente, contemplou muito da proposta original do MARE e alguns princípios da contrarreforma do Estado e das propostas dos documentos do Banco Mundial.

Nos governos dito de esquerda(Lula-Dilma), as propostas de contrarreformas para com os direitos sociais teve um maior aprofundamento, todavia, com uma particularidade, a política de assistência para a ser convocada para atender os mínimos sociais. Isso é o que Castelo(2010), vai chamar de III fase do neoliberalismo no Brasil, uma somada do desenvolvimento econômico, mais foco no social, nesse caso na extrema pobreza.

Dessa forma, as políticas sociais ganham destaques nas agendas dos organismos internacionais, na intervenção no setor educacional, por exemplo, cumpriu uma tripla função: ao mesmo tempo em que abrandou a preocupação internacional com as ideias marxistas, que circulavam em especial no ensino superior, também transformou esse ensino em um grande mercado. Além disso, ainda isentou o Estado da função de único financiador da educação, cumprindo com isso duas das recomendações do Consenso: a de “de minimização do Estado”, e a de fortalecimento da iniciativa privada

Assim, a direção que estar em curso com o processo de “contrarreforma” do Estado, destacado anteriormente, tem impactos para as políticas sociais. Na saúde podemos analisar que demonstra a convivência de dois projetos em tensão: o Projeto de Reforma Sanitária e o Projeto de Saúde Articulado ao Mercado ou Privatista.

Segundo Vasconcelos (2013), as principais propostas do Projeto de Reforma Sanitária iniciado nos anos de 1980 dizem respeito, sobretudo, a concepção ampliada de saúde, entendida como um direito social e dever do Estado; a luta pela democracia na sociedade brasileira, na política e no modelo de atenção à saúde; reivindicação de viabilidade financeira para a construção de um sistema amplo de proteção social; a busca da generalização da consciência sanitária, termo que consiste na conscientização de que a saúde é um direito da pessoa e da comunidade, uma ação individual e coletiva para alcançar este objetivo.

Enquanto o Projeto de Saúde Articulado ao Mercado ou Privatista é pautado na política de ajuste, no qual a tarefa do Estado é garantir um mínimo aos que não podem pagar, ficando para o setor privado o atendimento dos que tem acesso ao mercado ou, ainda, por meio das parcerias público-privado, mediante a transferência de recursos públicos. Portanto, apresenta conforme Bravo e Matos (2008), como principais tendências a contenção dos gastos com a racionalização da oferta, a descentralização com isenção de responsabilidade do poder central e a focalização.

A saúde passou a ser um campo estratégico de investimentos dos organismos internacionais, com destaque para o Banco Mundial. As diretrizes apontadas pelo BM, conforme Correia (2007) submete à política de saúde e os programas governamentais a ótica econômica da relação eficiência/eficácia e como critério de avaliação a relação custo/benefício, operadas pela compra de serviços (procedimentos) que conseqüentemente fortalecem o mercado.

Dessa forma, o Estado ficaria responsável pela parte “não lucrativa” dos serviços de saúde que não interessam ao capital, exercendo o papel de financiador e de controle dos serviços, ao invés de seu oferecimento direto. O restante dos serviços ficaria por conta do mercado, de acordo com a capacidade de compra do indivíduo, visto que nessa ótica é caracterizado como “cidadão consumidor”.²

Portanto, o eixo principal da proposta apresentada para o modelo assistencial da saúde, preconizado pelo BM, é a ênfase na atenção básica, com a racionalização dos serviços da alta e média complexidade, dividindo o SUS, conforme Bravo (2009), em básico e hospitalar, havendo prioridade para a assistência médico-hospitalar em detrimento das ações de promoção e proteção da saúde. Assim, ferindo, consideravelmente, o princípio da integralidade no atendimento, bandeira de luta do Movimento de Reforma Sanitária.

Dessa forma, materializa-se uma tendência à ampliação da rede pública nos serviços de atenção básica processo este denominado Vasconcelos (2013) de universalismo básico, no qual se busca a superação da polarização do universalismo x focalismo nas políticas públicas, ocasionando diferenças quanto às políticas implementadas e a garantia do direito universal à saúde previsto constitucionalmente.

A orientação que estar em curso na atenção básica é a ênfase na eficiência dos procedimentos realizados, em detrimento da atenção à saúde em sua perspectiva ampliada, traduzidos apenas na preocupação de dados epidemiológicos e cobertura, os quais a equipe é cobrada seja em visitas, consultas, atendimentos etc. de forma a prevalecer nesse espaço à tendência da burocratização, pois as equipes tendem a diminuir carga de trabalho em ações que referendam o controle social e práticas de educação em saúde.

Logo, nessa ótica prevalece o quantitativo em detrimento do qualitativo, permanecendo no processo de trabalho o tratamento medicamentoso, marca do modelo biomédico, o qual não promove as condições de melhoria na saúde da população, diante dos seus limites e fragilidades ao focar a doença e o indivíduo, tendo como figura central o médico.

Prioriza-se a retomada do sanitarismo campanhista, a exemplo das campanhas de vacinas, com enfoque no âmbito curativo. Essa prática tende a reforçar o modelo preventivista, o qual apresenta soluções que enfrentam, apenas, no âmbito individual os problemas de saúde, oferecendo respostas paliativas. Embora, para responder grande parte das necessidades de saúde da população, se faça necessário referendar ações articuladas intersetorialmente com outras políticas públicas. (AROUCA, 2003 apud VASCONCELOS, 2013).

Somam-se a essas tendências as precárias condições físicas para o funcionamento das unidades de saúde, o que repercute diretamente no atendimento. Ou seja, no número de família sob-responsabilidade de cada equipe, escassez de medicamentos e insumos, aliados ao baixo financiamento e investimento público.

Neste sentido, como demonstra Netto (2010), a política social no estágio atual do capitalismo não tem nem mesmo a formal pretensão de erradicar a pobreza, mas pretende confrontar-se com a pobreza absoluta (vale dizer, a miséria) com enfoque nos programas de transferência de renda - programas de renda mínima - os quais tem sido implementado em países de capitalismo central e periférico. No Brasil, pode-se destacar como exemplo emblemático, o “Bolsa Família” que ao fundamentar-se num assistencialismo focalizado não pode ser confundido com assistência social, como ressalta Motta (1995).

Por fim, podemos concluir que o Estado é um comitê da burguesia, pois na medida em que o capitalismo passa por um processo de crise, esse Estado muda suas funcionalidade em prol de colaborar com a acumulação capitalista.

Considerações Finais

Toda essa conjuntura analisada nesse artigo, nos permite apontar alguns desafios e retrocessos tanto na estrutura do capital, como na esfera da reprodução. Essas transformações societárias passa a impactar no mundo do trabalho, que passa a exigir um perfil profissional voltado para manutenção da hegemonia dominante, o modelo de produção taylorismo/fordismo é substituído para acumulação flexível/ toyotismo, ou seja, uma substituição do pleno emprego pelo emprego reduzido, “qualificado”, polivalente e imediatista. A crise estrutural de 1970, marcada por uma crise de subprodução associada à queda da taxa de lucro e investida do capital financeiro no avanço tecnológico provocaram mudanças na estrutura e superestrutura do capitalismo, em especial, no papel do Estado.

O Estado deixa de intervir diretamente na economia pela via da redistribuição da mais-valia produzida pela classe trabalhadora mediante políticas sociais e passa a intervir apenas para socorrer as crises oriundas do capital fictício. Sucintamente, esse contexto de crise capitalista e reformas do Estado impactaram diretamente na configuração do trabalho, que assume proporções da precarização alarmante na fase monopolista do capitalismo. Essa fase é marcada pelo processo de globalização somado com os avanços tecnológicos que através da acumulação flexível passou a substituir o homem pela máquina.

Tais configurações baseadas em uma ideologia neoliberal de manutenção do consenso, passou a exigir um profissional qualificado, todavia sem consciência de classe. O que seria isso? A investida do capital na esfera cultural, reatualizou as ideias liberais pautadas no individualismo através do neoconservadorismo pós-moderno, cuja defesa se pauta na fragmentação das relações sociais; na defesa intransigente do “fim do trabalho”; na futilidade da vida social; na substituição do ser social em atores sociais; nas lutas sociais individuais e fragmentadas; na substituição da centralidade do trabalho pela linguagem; e em uma educação para atender as exigências do mercado .

Essas investidas neoconservadoras levam a uma fragmentação dos movimentos sociais e um perda de consciência da classe trabalhadora, pois a cultura dominante dentro da disputa na sociedade civil adota estratégias de manutenção consensos para com aqueles que vendem sua força de trabalho em troca de um salário mínimo. A alienação no marco do capitalismo financeiro é intensificada pela via da mercadorização da vida social e dos espaços de construção da reflexão crítica.

Referências bibliográficas

- BASSO, Itacy Salgado. **Significado e Sentido do Trabalho Docente**. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010132621998000100003&lang=pt>. Acessado em: 30/06/2016
- BEHRING, E. **Brasil em Contrarreforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2010
- BRAVO, M. I. Política de Saúde no Brasil. In: MOTA, Ana Elizabete et al. (Orgs). **Serviço Social e Saúde**: formação e trabalho profissional. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social**: fundamentos e história. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- CASTELO, Rodrigo. **Encruzilhadas da América Latina no Século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.
- COUTINHO, Carlos Nelson. A teoria “ampliada” do Estado. In: _____. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1992. (p. 73 a 88).
- COUTINHO, Carlos Nelson. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. In: _____. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. (p. 191-222).
- CORREIA, M. V. C. A saúde no contexto da crise contemporânea do capital: o Banco Mundial e as tendências da contra-reforma na política de saúde brasileira. In: **Revista Temporalis** - Política de saúde e Serviço Social: impasses e desafios. Ano VII, n. 13, ABEPSS: São Luiz, 2007
- CHESNAIS, François. **As dívidas ilegítimas**: quando os bancos fazem mão baixa nas políticas públicas. Lisboa: Circulo de Leitores, 2012
- GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere volume 3**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000. (Maquiavel: Notas sobre o Estado e a Política). Caderno 03, p. 13-109.
- GRESPLAN, J. A Crítica da economia política em Marx. In: IV curso live-Marx-Engels: a criação destruidora/organização José Paulo Netto. 1. ed. - São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2015.
- HARVEY, David. O neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Ed. Loyola, 2008.
- KÜHNEL, Reinhard. O modelo liberal de exercício do poder. In: CARDOSO, F. H. e MARTINS, Carlos Estevam. Política e Sociedade. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979
- LENIN, Vladimir Ilich. A sociedade de classes e o Estado. In: FERNANDES, Florestan (org.). Lenin: política. São Paulo: Ática, 1978
- LUKÁCS, Georg. **Ontologia do ser social**: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- MANDEL, E. O Estado na Fase do Capitalismo Tardio. In: O Capitalismo Tardio. Trad. Carlos Eduardo S. Matos, et al. São Paulo: Abril Cultural. Os Economistas, 1982.

MARX, K. introdução a critica da economia politica . in: Manuscritos Econômicos- Filósofos e outros textos escolhidos. Os pensadores V.XXXV. São Paulo, 1974.

_____; ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____; Contribuição à crítica da economia política. Trad. Maria Helena Barreiro Alves; Revisão de tradução Carlos Roberto F. Nogueira. - 5. Ed. - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2016.

_____. A lei geral da acumulação capitalista. O capital vol. I, Livro II, Rio de Janeiro, civilização Brasileira, 2011.

_____. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. São Paulo, Boitempo, 2011.

MASCARO, A. Marx, Engels e a crítica do Estado e do direito. In: IV curso live-Marx-Engels: a criação destruidora/organização José Paulo Netto. 1. ed. - São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2015.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e Forma Política**. São Paulo: Boitempo, 2013

MÉSZÁROS, István. Política radical e transição para o socialismo: reflexões sobre o centenário de Marx. In: CHASIN, J. (Org.). Marx hoje. 2.ed. São Paulo: Ensaio, 1988.

_____. Para além do capital. Trad. Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Economia política: Uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, José Paulo. Capitalismo Monopolista. São Paulo: Cortez, 1992.

NEVES, Maria Lúcia Wanderley (Org.). **Direita para o social e esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil**. São Paulo: Editora Xamã, 2010

VASCONCELOS, K. E. L. Promoção da Saúde e Serviço Social: uma análise do debate profissional. **Tese** (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife/PE, 2013

NOTAS

¹ Um dos aspectos mais degradantes da ordem social do capital é que reduz os seres humanos à condição reificada, a fim de adequá-los aos estreitos limites da contabilidade do tempo do sistema: o único gênero de contabilidade – extremamente desumanizadora – compatível com a ordem social do capital. Esse tipo de desenvolvimento social tão humanamente empobrecedor é justificado teoricamente na forma de uma abstração ideologicamente reveladora operada pelos economistas políticos que vinculam de forma direta a individualidade abstrata (os indivíduos isolados) e a universalidade abstrata (a vigente divisão e fragmentação capitalista do trabalho decretada como regra universal atemporal criada pela própria natureza) (MÉSZÁRIOS, 2011, pág. 40)

² Expressão utilizada por Mota (1995).